SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

www.sinesp.org.br

CARTA ABERTA À COMUNIDADE

NOTA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS SOBRE A GREVE CONTRA O CONFISCO DE SALÁRIOS E A RETIRADA DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS TRABALHADORES

Os servidores públicos são defensores e lutam constantemente pelo direito da população ter acesso à escola pública e educação de qualidade para todos.

Defendem e lutam, também, para que a população, em particular os trabalhadores assalariados, tenham direito aos serviços de saúde, transporte público, moradia e assistência social com qualidade.

Os direitos previdenciários - APOSENTADORIAS E PENSÕES - dos servidores públicos e de todos os trabalhadores assalariados, que vêm sendo duramente atacados pelos governos, bancos, financeiras e fundos privados de previdência, interessados nos recursos oriundos da contribuição dos trabalhadores, desde o momento que a Constituição Federal foi promulgada em 1988, também têm sido defendidos pelos servidores públicos, por meio de suas organizações sindicais e por outras representações de classe dos trabalhadores - sindicatos e centrais sindicais.

Usando o argumento de que o Brasil não pode e não suporta os gastos com a Previdência social, já foram realizadas pelos governos algumas alterações na Constituição Federal, que resultaram em ampliação do tempo de contribuição e da idade mínima para que os trabalhadores adquiram o direito à aposentadoria. Também foram aprovadas reformas que extinguiram o direito à paridade e à integralidade, do que o trabalhador recebe em atividade, quando se aposentar. Diga-se de passagem, os trabalhadores contribuem para ter direito, cada dia mais restritivo e negado, à aposentadoria.

O argumento para a promoção de reformas que retiram direitos é sempre o mesmo: o déficit financeiro, que impossibilita investimentos em saúde, educação, moradia, transporte, infraestrutura etc.

Mentiras ditas permanentemente. Reformas realizadas que jamais chegam ao resultado que propagam. Retiram direitos, mas os investimentos jamais acontecem.

Enquanto apertam os servidores e demais trabalhadores, arrochando salários e tirando seus poucos direitos, o dinheiro público é usado para financiar projetos e programas de bilionários e aumentar a fortuna de banqueiros e grandes empresários, sonegadores de impostos que ainda se beneficiam de programas de anistia e incentivos fiscais.

A Prefeitura de São Paulo que, em 2005, usou do argumento do déficit da Previdência para aumentar a contribuição dos servidores de 5% para 11%, acaba de aprovar novo confisco, elevando a contribuição dos servidores para 14%.

O governo federal, após ter aprovado a reforma trabalhista, que eliminou direitos dos trabalhadores, instituindo um regime escravagista, quer NOVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, para obrigar que os servidores públicos e todos aqueles que trabalham na indústria, comércio, setor de serviços e mesmo como autônomos contribuam por muito mais tempo e com maior parte dos seus salários e não tenham o direito de se aposentar dignamente. Ou seja, depois de muitos anos de vida trabalhando e contribuindo para a PREVIDÊNCIA, o máximo que o governo quer permitir a cada trabalhador é o ATESTADO DE ÓBITO.

Por isso, contra o confisco de salários, em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos serviços públicos e contra a REFORMA PREVIDENCIÁRIA, os servidores públicos da Prefeitura de São Paulo vão paralisar seus serviços e realizarão GREVE GERAL UNIFICADA a partir do dia 04 de fevereiro de 2019.

Pedimos mais que a sua compreensão. Pedimos a sua participação ativa. Afinal, são também os direitos de todos que estão em jogo e contra os quais os governos se voltam querendo eliminá-los.

TODOS À GREVE

NENHUM DIREITO A MENOS!

MAIS EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSPORTE E MORADIA PARA TODOS!